



**Sem título, Natália Gregorini, técnica mista**

## DO LADO DE LÁ DA MURALHA, MAS NUNCA EM CIMA DO MURO: O COMPROMISSO ÉTICO E POLÍTICO DAS EDUCADORAS E DOS EDUCADORES SOCIAIS QUE ATUAM COM JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE NA FUNDAÇÃO CASA

On the other side of the wall, but never on top of the wall:  
the ethical and political commitment of educators and social educators who work with  
young people deprived of their liberty at Fundação CASA

Talita Alessandra **TRISTÃO**<sup>1</sup> (Universidade Federal de São Paulo, Brasil)

**RESUMO:** *O presente artigo tem como objetivo discutir as maneiras pelas quais as educadoras e os educadores sociais atuam, por meio da educação não-formal, junto às e aos adolescentes em conflito com a lei que cumprem medida de internação na Fundação CASA. Além de estudo bibliográfico pertinente, foram utilizados alguns resultados da dissertação intitulada Educação privada de liberdade: um estudo das práticas pedagógicas utilizadas com adolescentes em conflito com a lei, de minha autoria, defendida em 2019. Também utilizo registros de memória relacionados com a minha atuação como educadora social voluntária em unidades da Fundação CASA. Para este artigo, entrelacei trechos de entrevistas da pesquisa mencionada com estudos mais recentes, para investigar o paradoxo em se pretender algum tipo de educação dentro de uma instituição total marcada pelo racismo de Estado. O artigo indica que educadoras e educadores sociais que atuam na Fundação CASA por meio da educação não-formal, sem vínculo empregatício com a instituição, optaram por essa atividade conscientemente, sendo parte de uma escolha intencional, social e política, tendo em vista que assumem como um compromisso a presença crítica dentro de um espaço opressor com o qual não concordam, mas, enquanto existir, pretendem criar possibilidades de vínculos e resistências junto com as e os jovens privados de liberdade.*

**PALAVRAS-CHAVE:** Jovens privados de liberdade; Educadoras e educadores sociais; Educação não-formal; Instituição total.

**ABSTRACT:** *This article aims to discuss the ways in which educators and social educators work, through non-formal education, with and adolescents in conflict with the law who comply with a measure of detention at Fundação CASA. In addition to the pertinent bibliographic study, some results of the dissertation entitled Educação privada*

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), mestra em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), jornalista, pesquisadora, educadora social voluntária junto às pessoas privadas de liberdade, libertária e ativista na luta em favor dos direitos humanos e contra as prisões.

*de liberdade: um estudo das práticas pedagógicas utilizadas com adolescentes em conflito com a lei, of my authorship, defended in 2019. It also uses memory records related to my performance as a volunteer social educator in Fundação CASA units. For this article, I have interwoven parts of identification of the research mentioned with more recent studies, to investigate the paradox in whether some type of education is sought within a total institution marked by state racism. The article indicates that educators and social educators who work at Fundação CASA through non-formal education, without an employment relationship with the institution, have consciously opted for this activity, being part of an intentional, social and political choice, considering that they assume as a compromise the critical presence within an oppressive space with which they do not agree, but, as long as it exists, they intend to create possibilities of bonds and resistances together with the young people deprived of their freedom.*

**KEYWORDS:** Youth deprived of liberty; Educators and social educators; Non-formal education; Total institution.

## **Introdução:**

A Fundação CASA é a instituição total<sup>2</sup> na qual estão internados adolescentes acusados de cometerem atos infracionais, dos 12 aos 21 anos (caso iniciem o cumprimento da medida antes dos 18 anos) no estado de São Paulo. A instituição segue, ou deveria seguir, os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Existem no estado de São Paulo 133 centros da Fundação CASA, distribuídos em 50 municípios, incluindo a Capital.

De acordo com o boletim estatístico mais recente pesquisado para o artigo, divulgado pela Fundação CASA no dia 23 de dezembro de 2020, o perfil dos adolescentes que cumpriam medidas restritivas ou privativas de liberdade, na ocasião, era este: 4806 adolescentes cumpriam algum tipo de medida, sendo que a maior parte deles, ou seja, 3930 jovens, estava em internação. Desses, 95,36% são do sexo masculino e 4,64% são do sexo feminino. Os atos infracionais mais praticados por esses jovens foram o tráfico de drogas (50,33%) e o roubo qualificado (34,33%). Cabe destacar que tráfico de drogas e roubo, desde quando iniciei as pesquisas relacionadas aos adolescentes em conflito com a lei, são os dois atos infracionais que oscilam entre os mais praticados. Este dado desmente o discurso apresentado por parcela conservadora

---

<sup>2</sup> O conceito de instituição total está de acordo com a teoria de Erving Goffman (2013), que caracteriza as instituições totais como sendo as instituições fechadas, socialmente isoladas, nas quais há um grande grupo de indivíduos institucionalizados em situação semelhante, que levam uma vida excluída da sociedade por considerável período de tempo, cuja rotina é rigorosamente imposta e controlada por um pequeno grupo administrativo. A Fundação CASA é uma instituição total. A arquitetura das unidades de internação, assim como é comum a outras instituições totais, apresenta características que reforçam o isolamento social, por meio de símbolos como grades, muros altos, diversos portões trancados e grossos cadeados.

da sociedade quando se pauta a questão da redução da maioridade penal, tendo em vista que a maioria dos adolescentes está internada por delitos contra o patrimônio e/ou relacionados com questões econômicas. Atos hediondos nunca estiveram no topo dos relatórios pesquisados.

Se, por um lado, a maior parte dos jovens em conflito com a lei não cometeu atos infracionais considerados hediondos, em contrapartida, a principal causa de morte de jovens no Brasil é o homicídio:

Homicídios foram a principal causa dos óbitos da juventude masculina, responsável pela parcela de 55,6% das mortes de jovens entre 15 e 19 anos; de 52,3% daqueles entre 20 e 24 anos; e de 43,7% dos que estão entre 25 e 29 anos. Para as mulheres nessa mesma faixa etária, a proporção de óbitos ocorridos por homicídios é consideravelmente menor: de 16,2% entre aquelas que estão entre 15 e 19 anos; de 14% daquelas entre 20 e 24 anos; e de 11,7% entre as jovens de 25 e 29 anos. Na comparação com as taxas das demais faixas etárias, contudo, é possível afirmar que a causa *morte por homicídio* atinge mais as mulheres e homens jovens do que indivíduos de qualquer outra faixa de idade (IPEA, 2020: 20, grifos do autor).

É perceptível que a internação/aprisionamento de jovens segue o mesmo padrão racista, excludente e seletivo que existe nos assassinatos cometidos pela polícia, em que os jovens negros e pobres são maioria. No Atlas da Violência 2020 se questiona até quando as sociedades e os governos “colocarão as fichas na retórica vazia do populismo penal, do encarceramento em massa e da brutalidade policial, que nunca funcionaram, mas dão votos” (IPEA, 2020: 11).

A cor da pele predominante dos adolescentes que cumpriam medida na Fundação CASA em dezembro de 2020, de acordo com o boletim estatístico institucional, era a parda, tendo 57,16% dos adolescentes se declarado pardos. Não é coincidência o fato de o mesmo perfil dos jovens que morrem por ação do Estado ser também o perfil dos jovens privados de liberdade, tendo em vista que a formação da sociedade e a atuação do Estado, no contexto nacional, apresentam resquícios de um passado escravocrata, colonialista e ditatorial, cuja consequência histórica é perceptível nas violências inerentes ao racismo de Estado, por meio do qual o direito à vida e à dignidade passam a ser seletivos e colocados apenas para algumas pessoas em detrimento de outras. Podemos retomar Foucault ao analisar o contexto juvenicida<sup>3</sup> brasileiro, tendo em vista que “o tema de raça vai, não desaparecer, mas ser retomado em algo muito diferente que é o racismo de Estado” (FOUCAULT, 2016: 201).

Esse racismo de Estado ao qual Foucault (2016) se refere explicita as maneiras pelas quais se naturaliza a morte de determinados indivíduos por meio de estratégias políticas relacionadas ao marcador etnicorracial.

---

<sup>3</sup> O termo juvenicídio é utilizado quando se fala sobre os homicídios praticados contra jovens pelo fato de os assassinatos de jovens no Brasil comparar-se a um genocídio, pela quantidade alarmante e inaceitável de vidas interrompidas de forma violenta.

[...] Não quero de modo algum dizer que o racismo foi inventado nessa época. Ele existe há muito tempo. Mas eu acho que funcionava de outro modo. O que inseriu o racismo nos mecanismos de Estado foi mesmo a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo. Com efeito, que é racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer [...] (FOUCAULT, 2016: 214).

Esse racismo de Estado é notório no sistema socioeducativo e no sistema carcerário, pois o recorte de cor e classe é evidente entre a população privada de liberdade. O fato de uma turma para qual eu dei oficina na Fundação CASA em 2019, em uma unidade masculina na Capital, ser composta totalmente por jovens reincidentes pardos ou pretos não se trata de coincidência ou mero acaso, mas sim de uma escolha política que estigmatiza, exclui e interrompe a vida de jovens negros e pobres, colocando-os atrás das grades, recolocando-os atrás das grades e, no limite, os assassinando.

Soares (2004) aponta a ironia e a incoerência em classificar como sendo socioeducativas as instituições nas quais os adolescentes cumprem medida privativa de liberdade, tendo em vista que, na prática, tratam-se de espaços nos quais se condenam os jovens à morte simbólica.

Nove entre dez adolescentes reincidentes na Fundação CASA, entrevistados para uma pesquisa publicada em 2018<sup>4</sup>, narraram episódios de agressões físicas cometidas por policiais militares, principalmente durante abordagens e apreensões de drogas. No mesmo relatório, o único ponto positivo apresentado, confirmado por minha pesquisa, está na “redescoberta do interesse na escola pelos adolescentes entrevistados [...] Muitos afirmaram que passaram a apreciar os estudos durante o cumprimento da medida em virtude de turmas menores e professores atenciosos” (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2018: 7).

Na entrevista para a minha dissertação<sup>5</sup>, a jovem Amélia<sup>6</sup>, cuja internação na Fundação CASA durou dez meses, apontou que “[...] como lá são poucas alunas e têm professores que querem mesmo ensinar, então dá para eles explicarem melhor pra você. Aqui fora não dá. Depois que eu voltei a estudar que eu percebi” (Entrevistada Amélia).

Como se nota, em um contexto complexo e contraditório como o da Fundação CASA, em que as violações de direitos humanos são frequentes, a educação também

---

<sup>4</sup> *Aí eu voltei para o corre: estudo da reincidência infracional do adolescente no estado de São Paulo*, relatório organizado pelo Instituto Sou da Paz e publicado em 2018.

<sup>5</sup> *Educação privada de liberdade: um estudo das práticas pedagógicas utilizadas com adolescentes em conflito com a lei*, dissertação defendida em 2019 pelo programa de mestrado em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP).

<sup>6</sup> Todas as pessoas entrevistadas para a minha pesquisa são apresentadas por nomes fictícios, escolhidos por elas, para preservar a identidade delas e manter o caráter sigiloso da pesquisa.

está inserida. Tanto o ensino regular como a formação complementar por meio de cursos de iniciação profissional e na área de arte e cultura são obrigatórios para todas e todos adolescentes que cumprem medida de internação.

### **Educação não-formal no contexto privativo de liberdade:**

No sistema socioeducativo, os adolescentes internados são obrigados a estudar. Na Fundação CASA, o ensino regular acontece por intermédio da parceria entre a instituição e a Secretaria de Estado da Educação, cujas classes pertencem à Rede Estadual de Ensino e cujos professores, contratados por meio de processo seletivo, possuem vínculos com alguma escola da Rede Estadual.

A parceria entre a Fundação CASA com Organizações Não Governamentais (ONGs) assegura a oferta das atividades no campo da educação não-formal, por meio de oficinas de arte e cultura. Os cursos de iniciação profissional atualmente são dados pelo SENAC, mas, antes, também eram de responsabilidade das ONGs, sendo este o motivo pelo qual algumas educadoras e alguns educadores entrevistados tenham atuado nessa área. O foco de minha pesquisa foi o campo da educação não-formal, tendo em vista que as educadoras e os educadores sociais não têm vínculo empregatício com a instituição, mas sim com as ONGs, tendo maior autonomia tanto na atuação como na expressão de ideias. Essa escolha também foi pessoal e política por eu perceber, em minha atuação autônoma e independente na Fundação CASA, que funcionários concursados, mesmo quando são da área pedagógica, muitas vezes mostram-se coniventes com as violações perpetradas na instituição. Um exemplo é a conivência de funcionárias e funcionários com a tranca<sup>7</sup>, presenciada por mim em diversas ocasiões.

Para a pesquisa, foram entrevistados oito educadores sociais, sendo quatro mulheres e quatro homens, todas e todos com atuação profissional por meio de ONGs e uma jovem egressa da Fundação CASA. O objetivo da pesquisa foi investigar as maneiras pelas quais são desenvolvidas atividades pedagógicas/educacionais no campo da educação não-formal na Fundação CASA e questionar se é possível educar com ou para a liberdade dentro daquela instituição total.

**Figura 1:** Perfil das pessoas entrevistadas

<b>Categoria</b>	<b>Entrevistados (Nomes fictícios)</b>	<b>Gênero</b>	<b>Idade</b>	<b>Formação</b>	<b>Tempo de permanência na Fundação CASA</b>
Educador	Johni	M	29	História (licenciatura e especialização)	2 anos de trabalho

---

<sup>7</sup> Tranca trata-se de um castigo inconstitucional amplamente utilizado na Fundação CASA contra adolescentes considerados indisciplinados e subversivos. A tranca equipara-se a uma cela de isolamento e, durante o período em que o adolescente está de castigo, não frequenta aulas ou outras atividades rotineiras. Tanto nas unidades de internação femininas como nas masculinas eu já constatei essa ilegalidade por parte do Estado.

Educador	Errico	M	33	Serviço Social	6 meses de trabalho
Educador	Albert	M	32	Filosofia e Serviço Social	4 anos de trabalho
Educadora	Maria	F	35	Ciências Sociais (graduação e mestrado)	7 anos de trabalho
Educador	Leandro	M	41	Psicologia	3 anos de trabalho
Educadora	Kris	F	37	Psicologia (especialização em Psicodrama)	4 anos de trabalho
Educadora	Clarice	F	32	Psicologia (mestrado e doutorado)	10 anos de trabalho
Educadora	Rosa	F	31	Psicologia (graduação e mestrado)	6 anos de trabalho
Egressa	Amélia	F	18	---	10 meses de internação*

**Fonte:** Talita Alessandra Tristão

\*Amélia permaneceu internada na Fundação CASA por 10 meses e na época da entrevista já estava como egressa há 1 ano e 10 meses, tendo saído em março de 2017.

De acordo com Garcia (2015), a educação não-formal “pode ser a busca de uma outra dimensão educacional que se diferencia sem a preocupação de negar a educação formal” (GARCIA, 2015: 39).

A autora também pontua o fato de a educação não-formal não ter necessariamente relação direta com a educação formal, mas sim o comprometimento com questões relacionadas à educação integral dos indivíduos.

O campo da educação não-formal surge justamente com mudanças e transformações que fazem com que a sociedade se reestruture, ao considerarmos as necessidades e as propostas sociais que têm preocupações diversas daquelas da educação formal, ou por considerar propostas diferentes daquelas oferecidas pelo sistema formal, ou por se propor a atender àqueles que a escola formal tem dificuldade de integrar no seu cotidiano (crianças/jovens/adultos/velhos com necessidades especiais, praticantes de atos infracionais, aqueles que passam o dia ou vivem nas ruas e outros). Devese também levar em consideração o momento social atual, no qual a escola, como uma das representantes da educação formal, não dá mais conta de responder a todas as demandas sociais que lhe são impostas: de educação, cuidado, formação, atendimento, guarda, proteção e socialização dos indivíduos [...] (GARCIA, 2015: 40).

No Brasil, a utilização do termo educação não-formal se intensificou a partir dos anos 1980, no mesmo período em que houve o aumento das ONGs. A identificação das educadoras e dos educadores entrevistados para a pesquisa como sendo da área da educação não-formal passou tanto pela definição dada pelos próprios entrevistados como pelos marcos teóricos, que apontam essa educação como sendo aquela situada à margem do organograma do sistema educativo hierarquizado (GARCIA, 2015).

A entrevistada Rosa enfatizou que a educação não-formal, na Fundação CASA, muitas vezes é encarada pela instituição como um recurso para “tapar buracos”. Essa fala pode ser reafirmada pela minha experiência como educadora social voluntária na Fundação CASA, ao recordar uma ocasião em que a coordenadora da Unidade Lilás<sup>8</sup> sugeriu que eu desse oficinas em julho por tratar-se do mês de férias do ensino regular e, com isso, possivelmente as adolescentes ficarem mais ansiosas pelas atividades educacionais serem escassas naquele período. No entanto, embora as alunas dessa turma específica me pedissem constantemente para tentar ir com mais frequência à unidade, essa atitude por parte da instituição, muito mais do que visar o bem-estar das adolescentes internadas, visava a manutenção do patrimônio, pela dedução de que, em períodos nos quais a ansiedade é maior entre as e os jovens, como na metade do ano e no fim do ano, há maior possibilidade de haver rebelião. Tanto não visa o bem-estar de adolescentes que presenciei na referida unidade, em curto período de tempo, no ano de 2017, a interrupção de oficinas culturais (dentre as quais, a minha) sem motivos plausíveis e antes de finalizadas, em oposição aos pedidos das adolescentes e ao combinado inicial, tendo se perdido materiais importantes feitos por elas, cujo acesso foi impossibilitado<sup>9</sup>.

A educadora Rosa questionou inclusive o termo “parceria”, utilizado para classificar o vínculo das ONGs com a Fundação CASA, tendo em vista que “tem uma relação que não é de parceria, que a gente tenta fazer com que seja, mas tem um limite muito claro de que não é” (Entrevistada Rosa).

[...] Se você sai um pouquinho da linha, você é ameaçado de não estar naquele espaço, de perder parceria, quando o educador não é ameaçado pessoalmente. Eu já conheci caso de colocarem drogas na mala de educador, de educador não poder entrar numa regional inteira, um caos. É um lugar muito violento para se trabalhar (Entrevistada Rosa).

Entretanto, é por meio desse vínculo que educadoras e educadores sociais conseguem ter acesso à instituição total e, a partir daí, desenvolverem possíveis parcerias com as e os jovens em conflito com a lei.

## Garantidores de direitos

---

<sup>8</sup> Em minha pesquisa, utilizei nomes de cores quando precisei referir-me a alguma unidade da Fundação CASA. Considerei esse recurso necessário para preservar a identidade dos sujeitos citados e para manter o caráter sigiloso da pesquisa.

<sup>9</sup> Trata-se de registro de memória da pesquisadora.



Atuar como educadora ou educador social dentro da Fundação CASA, especificamente no campo da educação não-formal, trata-se de uma escolha pessoal e política. Algo respondido com unanimidade na pesquisa da qual partiu os resultados apresentados, foi o fato de essa escolha ser consciente e intencional por parte das educadoras e dos educadores. A atuação delas e deles, não somente profissional, mas também pessoal e política, orienta-se pela defesa dos direitos humanos, pelo abolicionismo penal e pelo posicionamento contrário ao modelo punitivista e carcerário.

Por não possuírem vínculo empregatício com a Fundação CASA, mas sim com as organizações nas quais atuam, as educadoras e os educadores sociais conseguem ter maior autonomia em suas atividades, podendo inclusive modificar conteúdos de acordo com cada turma e com as opiniões das e dos jovens. Todas as educadoras e todos os educadores entrevistados escolheram trabalhar no sistema socioeducativo e, mesmo quando estão fora daquele local, são ativistas em outros movimentos libertários de luta. Isso é algo relevante para a aproximação e o vínculo com as e os adolescentes, cujo contato é diferente do que possuem com funcionários, justamente por reconhecerem que as e os educadores sociais estão ali por identificação.

A atuação de educadoras e educadores sociais vincula-se ao trabalho junto com pessoas em contextos de vulnerabilidade ou conflito social, como nos presídios, em centros de acolhida, nas ruas, dentre outros locais. Assim, evidencia-se que essas e esses profissionais atuam em sintonia com as mudanças sociais pretendidas, sendo perceptível que “grande parte das educadoras e dos educadores sociais são ativistas em defesa dos direitos humanos que, mais do que a questão profissional, identificam-se com as lutas e causas com as quais trabalham” (TRISTÃO, 2019: 83).

Esse compromisso pauta o discurso das educadoras e educadores sociais entrevistados, quando perguntado por quais motivos optaram pelo trabalho com adolescentes em conflito com a lei. O educador Albert explicou essa decisão:

Foi uma escolha política de alguma forma estar pautando esse encarceramento desses adolescentes e foi uma escolha de uma luta contra o encarceramento desses jovens que, na maioria, são pobres e negros e estão presos por uma escolha política (Entrevistado Albert).

A educadora Maria enfatizou o compromisso ético em relação às e aos jovens, por meio de sua atuação profissional:

Eu sempre fui muito crítica à Febem e à Fundação CASA, não gostaria de trabalhar naquele espaço, mas foi um desafio [...] A ideia era entrar, ficar no máximo um ano e sair e aí, entrando nesse espaço, eu comecei a ver, constatar muito do que eu já sabia, da violência, de uma série de questões, mas verificar uma outra constatação que eu ouvia muito, as pessoas dizendo assim: “Olha, se a gente não tá lá pode ser pior”. Então eu acho que foi isso que me pegou e me mantém nesse trabalho até hoje, de um compromisso ético com os adolescentes, com as diretrizes, então pensando que nesses tempos de retrocessos a gente tá lá reafirmando a importância do ECA, reafirmando a

importância do SINASE, dizendo que o trabalho precisa ser ético, precisa ser pautado nas garantias dos direitos, cada vez menos têm pessoas fazendo isso. As pessoas estão muito cansadas e desgastadas, então elas estão: “Bom, chega de dar murro em ponto de faca, eu vou pra fora”. Vão pro meio aberto, que é fundamental também ser fortalecido, mas a gente vê que o espaço da privação está sendo dominado por essas pessoas que atuam nesse retrocesso. Eu acho que o que me mantém nesse trabalho é isso, estar lá o tempo todo sendo uma daquelas vozes que estão dizendo o tempo todo da garantia de direitos, que não é favor nenhum, enfim, eu acho que cada dia é uma briga nessa instituição, muda a gestão, mas as práticas continuam, então eu acho que nesse tempo todo eu venho identificando o que é de um passado e deveria deixar de existir, o que é do presente e buscando dentro da instituição fazer essa oposição. **Eu acho que o nosso papel é esse, uma oposição saudável.** A gente tem limites também, mas é uma oposição que lembra a instituição o tempo todo do papel dela na garantia de direitos e do compromisso que ela tem com esses meninos e meninas, então eu acho que é por isso que eu ainda estou lá, mesmo sendo tão difícil (Entrevistada Maria, grifo nosso).

A instituição total marca a vida de todos os sujeitos que passam por ela, sejam essas pessoas institucionalizadas, sendo que, para essas, as marcas serão aprofundadas pelo assujeitamento e pela morte social (BIRMAN, 1980), mas também marca e, em alguma medida, transforma e modifica, os outros sujeitos que estiverem do lado de dentro dos muros, principalmente quando lutam pelas causas com as quais entram em contato. Vicentin (2005), em sua pesquisa<sup>10</sup> relacionada às rebeliões como forma de resistência dos adolescentes na Febem11, ressaltou essa postura:

É impossível passar pela Febem (e também por tantas outras instituições letais, como os manicômios, ou outros territórios da exclusão) sem que nos posicionemos ética e politicamente de modo muito intenso. De certo modo, desde meu primeiro contato com a Febem-SP, não parei de experimentar uma necessidade de rebelião: rebelião quanto aos saberes, principalmente os psi, predominantes nesta área, que só faziam patologizar ao infinito os jovens em conflito com a lei (e, por extensão, todos os adolescentes), rebelião quanto às práticas institucionais de controle e de esmagamento de toda expressão de dissidência, de desobediência ou de diversidade (VICENTIN, 2005: 20).

Essa transformação foi apontada pela educadora Kris:

Eu comecei pra ver como seria, não sabia como seria, foi uma oportunidade que surgiu. Mas eu fiquei por uma escolha, porque eu gostei de trabalhar, gostei do trabalho, gostei do tanto que isso criou espaços em mim, de eu poder olhar para outras coisas de mim que eu não tinha visto, como pessoa é incalculável o quanto que eu pude aprender e crescer com essa experiência, como pessoa e como profissional também. Não tem como eu não

---

<sup>10</sup> *A vida em rebelião: jovens em conflito com a lei*. São Paulo, Hucitec, 2005. 11  
Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor, atual Fundação CASA.

lembrar da minha experiência na Fundação CASA e, realmente, de alguma forma eu até penso em mim: Kris antes da Fundação CASA e Kris depois, **porque não tem como você passar por essa experiência e não se transformar de alguma forma** (Entrevistada Kris, grifo nosso).

Garantir o respeito aos direitos humanos das e dos adolescentes privados de liberdade é outro ponto destacado pelos entrevistados. O educador Johni afirmou que:

[...] Como professor, como educador, dentro da sala de aula, você de alguma forma consegue garantir, é difícil dizer isso, mas consegue garantir com que, naquele período de aula ninguém sofra alguma violação. Então era algo que eu tinha muito na minha cabeça. A aula, que tem uma hora, duas horas, era uma forma de que, naquele espaço da aula, eu podia garantir que tava todo mundo preso, mas que teria o máximo de liberdade possível dentro daquela sala. Então, de alguma forma, conseguir garantir com que ninguém sofresse nenhuma violação, consegui tratar todo mundo muito bem e se tratando de Fundação CASA isso é uma exceção, conseguir garantir com que todo mundo se sinta bem no espaço [...] (Entrevistado Johni).

A aproximação, por meio da educação, para garantir algum tipo de proteção aos adolescentes, assim como a inibição das violências do Estado, é algo corroborado pelo educador Albert:

A presença de grupos dentro da Fundação CASA inibe a violência que eles sofrem. Então, são momentos em que os meninos e que as meninas não vão ser torturados e outro ponto positivo é a possibilidade de discutir temáticas que não sejam punitivas e que possam, de alguma forma, levar o adolescente a perceber que ele, que a construção de vida dele, pode ser de outra forma. Uma forma construtiva e não punitiva (Entrevistado Albert).

Entretanto, as ONGs também estão inseridas no sistema capitalista e, por mais engajados que os profissionais atuantes sejam, torna-se necessário haver crítica e autocrítica, conforme destacaram as pessoas entrevistadas. Levando-se em conta que a Educação é uma das principais vias de atuação por meio do Terceiro Setor, “ressalta-se que a pedagogia pode ser “contaminada” por elementos de manutenção do sistema vigente, quando, por exemplo, se educa somente para o trabalho, com cursos profissionalizantes” (TRISTÃO, 2019: 87).

A educadora Kris destacou esse aspecto, ao expor a complexidade que há na abordagem tecnicista/trabalhista dos cursos de iniciação profissional e a necessidade de manter uma postura crítica:

[...] O desafio que é estar em uma sociedade capitalista, que cobra tanto a questão de carreira, que eles pudessem refletir também sobre o momento que eles estavam e perceber as desigualdades a que estavam sujeitos. Não que eles ficassem desanimados em relação a isso, mas que pudessem

pensar de que forma eles, como jovens, não só como jovem que tivesse cometido um ato infracional, mas adolescentes, como pessoas que estão numa fase de formação também, que daqui a pouco serão adultos, vão estar no mundão, como eles falam, e num trabalho, mas que eles possam refletir sobre essas desigualdades a que eles também vão estar sujeitos e que eles possam perceber que muitas vezes essa dificuldade que eles podem vir a sentir, no sentido de empregabilidade, não é uma responsabilidade só deles como pessoa individual, mas é também fruto de uma sociedade desigual que acaba nem sempre oferecendo oportunidades, não é só uma questão de “você não se esforçou o suficiente pra conseguir um trabalho”, mas também tem uma estrutura muito mais complexa aí que não é só uma responsabilidade individual de cada um. Eu penso que a importância do nosso trabalho está nessa crítica que a gente pode fazer, propiciar (Entrevistada Kris).

Partiu dessa educadora uma fala da qual eu compartilho o sentido, sobre utilizarse da Educação como um pretexto para estar lá dentro da instituição total e, assim, poder conhecer, aprender e conviver com as pessoas que temporariamente habitam aqueles espaços, tendo em vista que o material confeccionado não é o ponto mais importante dos encontros:

[...] Eu percebi ao longo do tempo que dar aula na Fundação CASA ou fazer aquele curso de auxiliar administrativo era meio que uma desculpa para estar com eles, desculpa no sentido de que ensinar sobre o que é ser auxiliar administrativo nem sempre era o mais importante, ia depender da demanda do grupo e da necessidade que o grupo tinha, qual era a curiosidade que eles tinham sobre aquele curso que eles estavam fazendo. Essa desculpa que eu falo é no sentido de que eu estava podendo criar um espaço de discussão, de críticas com eles, pensar sobre o mundo do trabalho também, então nem sempre falar sobre a área administrativa era o foco principal, embora eu ache que a gente não possa negar que a questão material do curso também é importante, no sentido de que eu não posso privá-los da importância da gente ter informações necessárias em relação ao curso que está sendo ministrado ali, senão a gente fica só na conversa e não oferece ferramentas e recursos para os adolescentes, então eu procurava sempre ser fiel à questão do curso que estava sendo trabalhado para que eles pudessem, minimamente, ter ferramentas ali para caso eles quisessem se aprofundar naquela área. Mas o nosso curso era curto, de dois meses e meio, então, a gente não tinha como prioridade aprofundar, nem tem como (Entrevistada Kris).

Entretanto, ressalta-se que a própria parceria entre a instituição com as ONGs pode ser vista como uma estratégia para minimizar denúncias de violações internas:

Então elas [as ONGs] têm essas amarrações institucionais. Eu penso muito nessa gestão [da Fundação CASA] como estratégica, nesse sentido, das parcerias com essas instituições e como, através disso, conseguiu-se muita gente para entrar na Fundação CASA para fazer atividades, enfim, e eu sou uma dessas pessoas através desse tipo de parceria. Mas que, por outro lado,

“você também consegue fazer com que essas instituições passem pano para toda a violência que acontece na Fundação CASA. Então, eu acho que tem muitas coisas positivas de estar lá, mas a negativa é importante reforçar nesse sentido também (Entrevistado Johni).”

Não é ideal pensar em humanizar uma instituição estruturalmente repressora. Contudo, tendo em vista que o abolicionismo penal se trata de algo até o presente momento utópico, é relevante pensar em táticas para desenvolver alguma mobilização dentro dessas instituições. A maior pretensão em estar dentro dessas instituições totais está na perspectiva de que elas não existam mais:

“Eu acredito que não existe um projeto pedagógico no sentido realmente que não seja punitivista. Na perspectiva da Fundação CASA, com os adolescentes, em maioria o que há é realmente essa contradição: existe o caráter de que é ressocializador, educacional, das medidas socioeducativas, mas, na prática, a privação de liberdade contradiz qualquer programa pedagógico e, pra mim, não existe nenhum projeto pedagógico. Existe justamente o projeto que pune. Às vezes tem essa máscara que é educacional, mas, na prática, na execução dessas medidas, o que se percebe é realmente uma estrutura que violenta, que deixa estigmas e que não existe um projeto pedagógico, porque para existir um projeto pedagógico teria que ser pela perspectiva do fim das Fundações Casas (Entrevistado Albert).”

O educador Errico também frisou a contradição que há no ato de punir para supostamente educar, sendo inviável almejar uma mudança real dentro do sistema socioeducativo de internação: “O fim da Fundação CASA, acho que essa deveria ser a mudança, não faz sentido a gente punir com o pretexto de educar. Se for para educar, tem que ser por outros meios, não pela punição” (Entrevistado Errico).

Atuar nesse contexto é lembrar cotidianamente de todos os estigmas e enquadramentos sociais acerca das e dos jovens privados de liberdade. Por mais que uma educação com liberdade plena não seja possível em uma instituição total, táticas mais libertadoras fazem parte das propostas dessas e desses ativistas educadores, que valorizam e respeitam a subjetividade das e dos adolescentes com os quais atuam.

“Eu nunca vou me esquecer de um menino que falou assim, no meu primeiro ano de educadora: “O meu futuro? É sair daqui e ir pra sete palmos debaixo da terra”. Porque ele sabia que, voltando pra realidade dele, não teria muita coisa pra viver, então era enfrentar ou morrer. Às vezes vinha isso também, mas, por outro lado, você pode pensar e criar propostas, criar espaços de pensamentos fora da caixinha. Sim, é possível (Entrevistada Kris).”

A Fundação CASA, comparada a uma senzala por Andrade e Carreira (2016), trata-se de um espaço superlotado principalmente por adolescentes negros “marcados

profundamente pela experiência da violação de direitos humanos em uma sociedade racista” (ANDRADE e CARREIRA, 2016: 422).

Para e entrevistada Clarice, é preciso mostrar aos adolescentes que se está do lado deles e, a partir dessa parceria, criar outras narrativas. Colocar-se ao lado dos adolescentes, com dignidade, já é visto por ela como algo revolucionário dentro das medidas socioeducativas.

Na prática, há muitos entraves institucionais, principalmente tendo em vista que a privação de liberdade não tem nenhuma finalidade utilitarista (PIMENTEL, 1983), pois, o cárcere, mesmo quando se atenua o nome para socioeducativo, estigmatiza e viola as pessoas aprisionadas sem, no entanto, desenvolver qualquer educação supostamente (e vergonhosamente) utilizada como desculpa para a própria existência desses depósitos de seres humanos.

Em contrapartida, é por meio da Educação que essas e esses sujeitos entrevistados, ora ativistas, ora educadores, comprometidos com os direitos humanos, infiltram-se nesses espaços de opressão e acendem uma pequena chama libertária:

Porque eles são adolescentes que são vulnerabilizados socialmente, que dificilmente vão ter as condições materiais de vida deles alteradas e é pela educação que a gente consegue fazer a micropolítica. Poder reconhecer no adolescente alguém que não é limitado ou determinado pela prática infracional, mas é alguém que é isso e muito mais, alguém que cometeu o ato infracional, mas é alguém que tem uma história, que é filho de alguém, de repente companheiro de alguém, que pensa de determinado jeito, que se insere no mundo, que se entristece, eu acho que a educação, a partir de práticas democráticas de fato, rodas de conversas, assembleias, discussão de texto, de poder escutar opinião, de poder escutar como o adolescente não quer e porque ele não quer, aí eu acho sim que é a construção de um espaço de voz coletivo e isso acho que é transformador do olhar em relação a si, eu acho que é isso que vai criando a possibilidade de um autocuidado e de um cuidado com o outro, frente à produção do capitalismo e de racionalidades que são inseridas nesse processo capitalista, em conferir dignidade ao outro. Acho que é pela educação que a gente consegue qualquer transformação (Entrevistada Clarice).

Por mais que a Fundação CASA se apresente oficialmente como instituição socioeducativa, nunca se deve perder de vista que, em uma instituição total, o histórico repressor é permanente e contínuo. Em todos os espaços carcerários há violências de Estado.

Algo que eu gostaria que ficasse explícito: a Fundação CASA é uma instituição de violação de direitos e isso acontece a todo momento. Todo momento. A gente tá aqui, conversando agora, e eu te dou a minha certeza,

coloco a minha mão no fogo que no Cinza<sup>11</sup> tem algum menino sendo torturado agora. Agora (Entrevistado Johni).

Todas essas falas evidenciam a importância de, ao atuar com adolescentes em privação de liberdade, enxergar as particularidades de cada sujeito para qual as atividades serão ofertadas, por compreender que “[...] não se faz pesquisa, nem política pública, nem educação, sem o sujeito para a qual estas ações se dirijam” (ALMEIDA, 2016: 175).

No livro-reportagem *Cela Forte Mulher*, o jornalista Antonio Carlos Prado descreveu da seguinte maneira a atuação dele como voluntário em um presídio feminino: "Nunca na minha vida eu tinha experimentado a paixão de criar num local onde a dez passos dele, por exemplo, uma mulher vomitava, duas mulheres se beijavam, cinquenta mulheres brigavam (pobre assepsia dos intelectuais!)" (PRADO, 2003: 11).

Inspirando-me nesta citação (tanto por reconhecer nos discursos de todas as educadoras e de todos os educadores sociais entrevistados -como também em minha prática- a paixão em atuar com as e os adolescentes em conflito com a lei, mas também um compromisso ético, político e social) enfatizo que, ser educadora ou educador social na Fundação CASA é ter a oportunidade de conhecer jovens inteligentes e sagazes que dialogam sobre qualquer assunto; é escutar, ao vivo, algumas das melhores músicas e recitações de letras autorais, entre outras inúmeras experiências inesquecíveis, mas, indiscutivelmente, é também chegar para a oficina com uma turma na qual teriam dez jovens, mas encontrar somente quatro pelo fato de as outras seis estarem de tranca; é ouvir o relato desprezioso de um adolescente que conta, durante a oficina, não ter conseguido ir a um passeio por estar de tranca e vê-lo ser ameaçado de voltar para a tranca no mesmo instante, por uma funcionária; é não poder utilizar canetas para escrever como forma de castigo, assim como outros materiais; é ter negada a autorização de levar um MC no próximo encontro pela alegação infundada de ser perigoso; é não conseguir ler uma poesia cujo adolescente autor pediu insistentemente, pela instituição não liberar o acesso aos cadernos fora do horário; é chegar no portão de uma unidade e, imediatamente, ouvir gritos de adolescentes por PS,<sup>12</sup> na tranca; é não conseguir desenvolver atividades da maneira inicialmente planejada pelo fato de a instituição barrar materiais e, inclusive, brechar a oficina de uma hora para outra; é não devolver às e aos adolescentes os materiais autorais e também não conseguir, muitas vezes, trazer esses materiais para fora, pois acabam também institucionalizados; é ter que numerar cada folha a ser entregue durante a oficina porque as e os jovens não podem ficar com folhas de papel; é passar por diversas revistas; é ter que, obrigatoriamente, quando se é mulher, usar um avental enorme nas unidades masculinas (mesmo quando se sabe que, nos espaços prisionais, o código de conduta entre os próprios sujeitos aprisionados não permite qualquer tipo de desrespeito a uma mulher) e,

---

<sup>11</sup> O Cinza trata-se de um complexo grande, para internação de meninos, cujas violações são denunciadas desde quando era Febem, inclusive por órgãos internacionais de defesa dos direitos humanos.

<sup>12</sup> PS refere-se ao Pronto-Socorro, que se trata de um pedido por ajuda comum de ser gritado por adolescentes que estão na tranca.

ainda assim, estar convicta de que não vale a pena qualquer tipo de problematização nesse sentido, porque essa regra machista torna-se insignificante perto de tantos outros problemas; é sentir-se impotente diante das demandas ignoradas e das violações recorrentes dentro de uma instituição total e letal. Em um espaço supostamente socioeducativo, isso não pode ser naturalizado.

## Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Sandra Maciel de. *Educação de Mulheres e Jovens Privadas de Liberdade: vulnerabilidade socioeducacional e contingências da privação*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

ANDRADE, Leila; CARREIRA, Denise. A Educação popular em contextos de privação de liberdade: a arte-educação na Fundação CASA. *Revista e-Curriculum*, v. 14, n. 2, São Paulo, abr./jun. 2016. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/27665/20348>.

BIRMAN, Joel. *Sexualidade na Instituição Asilar*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

GARCIA, Valéria Aroeira. *Educação não-formal como acontecimento*. Holambra: Editora Setembro, 2015.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Atlas da Violência 2020*. Brasília: 2020.

INSTITUTO SOU DA PAZ. *Aí eu voltei para o corre: estudo da reincidência infracional do adolescente no estado de São Paulo*. São Paulo: 2018. Relatório.

PIMENTEL, Manoel Pedro. *O crime e a pena na atualidade*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1983.

PRADO, Antonio Carlos. *Cela forte mulher*. São Paulo: Labortexto, 2003.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Fundação CASA. Núcleo de Produção de Informações Estratégicas (NUPRIE). *Boletim Estatístico Completo ref. 23.12.2020*. 23 de dez. 2020. Disponível em:

<http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/View.aspx?title=boletim-estat%C3%ADstico&d=79>. Acesso em: 03 jan. 2021.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 130-159.

TRISTÃO, Talita Alessandra. *Educação privada de liberdade: um estudo das práticas pedagógicas utilizadas com adolescentes em conflito com a lei*. 2019.



# MOURO

ISSN 2175-4837

Dissertação de Mestrado, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2019.

VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. *A vida em rebelião: jovens em conflito com a lei*. São Paulo: Hucitec, 2005.